



HISTÓRIA DA
PRIMEIRA REPÚBLICA
PORTUGUESA



Fernando Rosas
Maria Fernanda Rollo
(coord.)

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
M M X X I

ÍNDICE

© 2009, Maria Fernanda Rollo, Fernando Rosas
e Edições tinta-da-china, Lda.
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152 – E.10
1750-149 Lisboa – Portugal
Tels: 21 726 90 28/9
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *História da Primeira República Portuguesa*
Coordenadores: Maria Fernanda Rollo e Fernando Rosas
Autores: AAVV
Revisão: Tinta-da-china
Composição e capa: Vera Tavares

Edição de Bolso
1.ª edição: Setembro de 2010
3.ª edição: Outubro de 2021

ISBN 978-989-671-648-6
Depósito Legal n.º 490099/21

Introdução	9
PARTE I. A QUEDA DA MONARQUIA	13
A crise do liberalismo oligárquico em Portugal, <i>Fernando Rosas</i>	15
A contestação a partir «de baixo» — As pressões vindas «de cima» — Uma crise prolongada	
Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema, <i>Maria Fernanda Rollo</i>	27
<i>Finis Patriae</i> — «Uma granja e um banco: eis o Portugal, português» — Bancarrota	
O assalto ao poder, <i>João B. Serra</i>	43
PARTE 2. A REPÚBLICA (1910-1918)	53
O 5 de Outubro, <i>João B. Serra</i>	55
O republicanismo, <i>Maria Alice Samara</i>	61
Várias vozes e diferentes repúblicas — Em que país nasceu o Partido Republicano Português? — A galáxia republicana — Ser republicano — O país republicano — Como se podia fazer a República?	
A sociedade, <i>David Pereira</i>	79
A população — O mundo rural — O mundo urbano	
A evolução política (1910-1917), <i>João B. Serra</i>	93
O Governo Provisório — As eleições — A divisão dos republicanos — A hegemonia do Partido Democrático — A guerra — O sidonismo	
A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa, <i>Vítor Neto</i>	129
A oposição ao Estado católico — A separação entre a religião e a política — A oposição dos bispos — As clivagens no baixo clero — As associações culturais — Fátima — A aproximação do Estado à Igreja	

A questão social: à espera da «Nova Aurora», <i>Maria Alice Samara</i>	149	Portugal nas trincheiras: os combatentes portugueses em França (1917-1919), <i>Isabel Pestana Marques</i>	301
A questão social — Republicanos e trabalhadores — Grandes espe- ranças: a revolução republicana de 5 de Outubro de 1910 — A difícil relação entre os operários organizados e a República — A organiza- ção operária — Monsanto: armar o povo para lutar pela república		A economia de guerra: a frente interna, <i>Ana Paula Pires</i>	319
A educação, <i>Maria Cândida Proença</i>	169	A previsão é o grande segredo do êxito — Uma economia em armas à espera da guerra — <i>Portugal, so far, has come very well through the strain of war conditions</i> — A guerra — Parêntesis — Economia de guerra — Legislação sobre subsistências públicas — Cronologia da economia de guerra	
O ideário educativo — A formação cívica na escola republicana — O ensino primário — O ensino secundário — O ensino superior — O crescimento do ensino feminino — A instrução popular — A pro- fissão docente		A memória da guerra, <i>Silvia Correia</i>	349
A política financeira, <i>Maria Eugénia Mata</i>	191	Portugal e o prorrogamento de uma urgente construção memorial — A cultura de guerra: da consagração dos mortos à perpetuação espacial e temporal do «Mito» — A insustentabilidade do «Mito da Experiência de Guerra» em Portugal	
A questão colonial, <i>Maria Cândida Proença</i>	205	Sidonismo e restauração da República. Uma «encruzilhada de paixões contraditórias», <i>Maria Alice Samara</i>	371
O Império: mito e realidade — A organização administrativa — Pro- jectos de colonização — Os problemas financeiros — A rede de trans- portes — O desenvolvimento económico — A mão-de-obra indígena		O golpe sidonista ou a confluência de vários descontentamentos — O presidente da República que não era um «político» — «Viva a Repú- blica Nova», ou a ilusão de um recomeço — A solidão do poder e o endurecimento do regime — «Verdes» e «vermelhos» — A morte de Sidónio Pais e o fim do regime	
Paradigmas frustrados: perseguição e fuga da modernidade e do progresso, <i>Maria Fernanda Rollo</i>	229	A paz e o Tratado de Versalhes, <i>Filipe Ribeiro de Meneses</i>	397
O país da revolução — O dia seguinte — Planos desencontrados, entre reformismo e realismo		PARTE 3: A GUERRA	245
PARTE 3: A GUERRA	245	A República e a Grande Guerra, <i>Fernando Rosas</i>	247
A República e a Grande Guerra, <i>Fernando Rosas</i>	247	O conflito mundial, <i>Ana Paula Pires</i>	249
O conflito mundial, <i>Ana Paula Pires</i>	249	Um conflito global nas fronteiras de um mundo a preto-e-branco — Universalismo — Preparação — Guerra — Cronologia da Primeira Guerra Mundial	
Um conflito global nas fronteiras de um mundo a preto-e-branco — Universalismo — Preparação — Guerra — Cronologia da Primeira Guerra Mundial		Intervencionistas e anti-intervencionistas, <i>Filipe Ribeiro de Meneses</i>	267
Intervencionistas e anti-intervencionistas, <i>Filipe Ribeiro de Meneses</i>	267	A União Sagrada, <i>Filipe Ribeiro de Meneses</i>	277
A União Sagrada, <i>Filipe Ribeiro de Meneses</i>	277	Portugal e a guerra nas colónias, <i>Aniceto Afonso</i>	287
Portugal e a guerra nas colónias, <i>Aniceto Afonso</i>	287	Portugal em África — A guerra em África	
Portugal em África — A guerra em África		PARTE 4: A NOVA REPÚBLICA (1919-1926)	407
PARTE 4: A NOVA REPÚBLICA (1919-1926)	407	A República do pós-guerra, <i>Fernando Rosas</i>	409
A República do pós-guerra, <i>Fernando Rosas</i>	409	Nova estratégia para a República, <i>Ana Catarina Pinto</i>	411
Nova estratégia para a República, <i>Ana Catarina Pinto</i>	411	Sob o signo da conciliação — O projecto de formação de um bloco central	
Sob o signo da conciliação — O projecto de formação de um bloco central		A ofensiva operária, <i>Joana Dias Pereira</i>	421
A ofensiva operária, <i>Joana Dias Pereira</i>	421	A transformação política da República: o bloco radical, <i>Ana Catarina Pinto</i>	441
A transformação política da República: o bloco radical, <i>Ana Catarina Pinto</i>	441	O processo de formação do bloco radical e as suas manifestações — Ideário e programa da esquerda republicana	
O processo de formação do bloco radical e as suas manifestações — Ideário e programa da esquerda republicana			

A transformação política da República: o PRP dos «bonzos», tempo dos deuses menores, <i>Luís Farinha</i>	463
A República caiu? «Há males que valem por bem» — A refundação falhada e a República radical: o tempo das cisões (1919-1921) — A República conservadora: o tempo dos «bonzos» (1922-1923) — A República «esquerdista»: o tempo dos «canhotos» (1924-1925) — A República moribunda: em busca do «Governo extraordinário de competências» (1925-1926)	
A transformação política da República: as direitas da direita antiliberal, <i>Ernesto Castro Leal</i>	485
Fundamento nacionalista — Versões ideológicas e políticas	
A questão colonial, <i>Maria Cândida Proença</i>	503
Uma nova organização administrativa — Dificuldades económicas e financeiras — Norton de Matos em Angola — Brito Camacho em Moçambique — As difíceis relações internacionais	
Economia e inovação: derivações em cenário de crise, <i>Maria Fernanda Rollo</i>	523
Depois da guerra — Crise e reorganização	
A caminho do 28 de Maio, <i>Luís Farinha</i>	535
Porque caiu a República? — A democratização do regime: uma democracia de massas? — Tentativas e impossibilidades — A conspiração permanente: como mudar de fórmula? — <i>A débacle</i> das elites republicanas — A Ditadura é inevitável	
PARTE 5. EPÍLOGO: O FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA, <i>António Reis</i>	569
Cronologia breve	583
Bibliografia	593
Índice onomástico	599
Notas biográficas	609

Introdução

O centenário do regicídio, em 2008, deu lugar ao reaparecimento e à reafirmação de uma corrente a meio caminho entre a história e a política, de forte cunho ideológico monárquico-conservador, por vezes enfaticamente promovida em alguns *media*, que, na realidade, constitui uma reedição quase *ipsis verbis* do discurso propagandístico do Estado Novo sobre a Primeira República.

A Primeira República é aí apresentada, melhor dizendo, é aí demonizada, como nos tempos áureos do Secretariado de Propaganda Nacional e dos plumitivos integralistas convertidos ao salazarismo, como uma realidade simultaneamente a-histórica e anti-histórica.

A-histórica, porque era inexplicável à luz das realidades sociais e políticas do país, não tinha raízes nelas e muito menos as reflectia. Não possuía base social relevante — o alegado carácter «pequeno-burguês» da revolução republicana era uma mistificação marxizante fora de moda... —, pois o republicanismo era pouco mais do que uma conspiração maçónica-radical de alguns intelectuais urbanos subversivos, sedentos de poder e carentes de escrúpulos e de responsabilidade, a quem umas sabradas a tempo, como prometera João Franco, teriam metido facilmente na ordem. E, não sendo reconhecido um programa económico e social digno desse nome ao republicanismo, as suas aspirações — pretensamente democratizantes — já estariam realizadas pelas instituições da Monarquia liberal, que era, no fundo, «uma república com rei». A República e o seu rol de prepotências e desordens não seria, afinal, senão o fruto de uma absurda conspiração de um punhado de desordeiros, tolerada pela fraqueza ou pela pusilanimidade do poder, sem apoio no país, ao arrepio da marcha pacífica e consensual da Monarquia e da governação dos seus avisados e liberais dirigentes. Uma espécie de maldição a-histórica que se abatera inopinadamente sobre o destino nacional.

E daí o seu carácter *anti-histórico*. A Primeira República, caricaturada com os traços grossos de uma balbúrdia terrorista e persecutória que não só desculpabilizaria como exigiria a Ditadura Militar e o Estado Novo, participava, no fundo, dessa espécie de desvio ao «verdadeiro» curso da história nacional. Desvio inaugurado, para os historiadores e publicistas integralistas e estado-novistas, com o parêntesis negro do liberalismo, cuja culminância caótica seria o republicanismo, e encerrado pela obra salvífica da Revolução Nacional, «restaurando a tradição» e repondo a história nacional no trilho autêntico dos nautas, santos e cavaleiros.

É certo que o revisionismo historiográfico dos dias de hoje não se aventura explicitamente nesta conclusão legitimadora do regime ditatorial do Estado Novo ou no maniqueísmo primitivo da «boa» e da «má» história nacional. Mas a abordagem demonizada e ideologicamente formatada que se reedita para a história da Primeira República só pode conduzir a apreciações moralizantes desse jaez. É uma espécie de lógica implícita, suspensa desse argumentário, mas que mal se encobre na equiparação, sem qualquer rigor histórico, do Estado republicano, dos seus políticos, das suas práticas, à ditadura salazarista, aos agentes da polícia política e à repressão fascista. Na realidade, pretende-se transmitir a ideia de que a República foi uma «ditadura radical» bem mais dura e repressiva do que o Estado Novo. Daí à necessidade deste contraponto regenerador, daí à legitimação da ditadura para libertar o país do «caos» e do «terror», vai um pequeno passo, que a nova historiografia conservadora provavelmente não deixará de dar.

Esta situação, a importância de a recolocar e discutir no terreno do debate científico, foi o que motivou os coordenadores desta obra à sua concretização. Seria trágico que o centenário da proclamação da República ficasse preso, do ponto de vista dos seus entendimentos possíveis, quer ao discurso de uma certa ortodoxia maçónica-republicanista acriticamente glorificadora, quer aos velhos/novos preconceitos ideológicos conservadores apostados na sua destruição simbólica. Há um vasto, plural e diverso campo de investigação historiográfica sobre a Primeira República, de grande qualidade científica, fora destas baías. Não é o terreno do centrismo ou do eclectismo, mas sim o de uma historiografia sem apriorismos ideológicos, levada a cabo por novas gerações de investigadores, com um largo investimento na investigação empírica de novas fontes e dotada de uma massa

crítica de reflexão e discussão que é importante trazer à luz do dia. Pareceu-nos ser este debate de ideias a propósito dos cem anos da República a boa oportunidade de o começar a fazer. No fundo, propor entendimentos para essa curta mas rica e complexa República de 16 anos que, longe de ser a aurora emancipadora e progressista que os seus apologistas e apoiantes anunciavam, desejavam e por que se bateram, acabou por se transformar na conturbada crise terminal do liberalismo português a que sucederia o longo ciclo de autoritarismo. Como venceu a República em 1910? Que contradições, que dificuldades viveu, como as resolveu, ou não, até à terrível aventura da participação na Grande Guerra? Que projectos delineou, que portas abriu ou tentou abrir nos vários campos em que procurou apostar? E como renasceu do pós-guerra, após o breve mas premonitório intervalo sidonista? Que República ou que repúblicas e anti-repúblicas foram essas que então se realinharam, também em Portugal, para a grande batalha social e política que anunciava na Europa a época dos fascismos? Afinal, porque venceu e porque morreu a Primeira República? E o que ficou dela como património de memória e reflexão para a democracia de hoje?

Para realizar tal empreitada, recorreremos como espinha dorsal da elaboração desta história da Primeira República à equipa de investigadores do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que se vem dedicando aos estudos sobre este período histórico e tem neste momento entre mãos projectos de investigação nesta área. É a quase totalidade dos colaboradores, entre autores seniores e outros mais jovens, a iniciar, aliás auspiciosamente, os seus percursos académicos. De qualquer forma, quanto a várias das mais importantes temáticas, pudemos contar com a colaboração de autorizados especialistas oriundos de outras escolas e centros de investigação. A todos — 16 autores, no seu conjunto — agradecemos reconhecidamente a disponibilidade, a pontualidade da participação e, sobretudo, a qualidade da mesma.

Duas notas ainda sobre a linha editorial da obra colectiva que agora se dá à estampa. A primeira para salientar que ela não corresponde a um trabalho de escola ou de tese realizado à luz de uma interpretação unívoca. Nela concorrem diversos pontos de vista, abordagens distintas, frutos de variadas investigações recentes, num trabalho que se pretendeu plural, ainda que coerentemente organizado.

De comum, sobretudo, a preocupação de abordar com rigor e sem preconceitos ideológicos cada um dos temas propostos e o seu conjunto.

Em segundo lugar, valerá a pena chamar a atenção para o carácter preferencialmente ensaístico e de síntese interpretativa que este livro pretende assumir, uma vez que se deseja alcançar um público alargado muito para além dos circuitos académicos, e porque essa é a forma de tentar cumprir o papel simultaneamente didáctico e de contribuição para o debate do centenário que foi a razão desta iniciativa.

Dito isto, restará referir que a obra se encontra dividida em cinco partes que seguem, quanto ao essencial, uma ordem cronológica: a queda da Monarquia (1); a revolução republicana e a primeira fase da República (1910-1918) (2); a Grande Guerra e os seus impactos (3); a Nova República (1919-1926) (4); e o fim da República (5). Dentro de cada um, e de acordo com as especificidades dos diferentes períodos, procurou-se analisar a evolução política, as questões religiosa e social, as políticas sectoriais mais relevantes (a educação, a política colonial, a política externa, o fomento económico e a inovação) e a evolução da situação financeira, terminando-se com a discussão dos factores que ditaram o fim do regime liberal-republicano.

À equipa da tinta-da-china desejamos agradecer a possibilidade de levar este projecto a bom porto e a qualidade editorial com que o acarinharam. Nem por isso ser a sua imagem de marca se há-de deixar de o referir.

No centenário da República que passa em 5 de Outubro de 2010, e que esperamos ver assinalado pela multiplicação dos espaços de debate e reflexão, possa este livro ser mais uma acha para a fogueira.

Lisboa, Março de 2009
FERNANDO ROSAS
MARIA FERNANDA ROLLO

PARTE I

A Queda da Monarquia

A crise do liberalismo oligárquico em Portugal

Fernando Rosas

É NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX para o século XX, e no início deste, que se forja o republicanismo revolucionário — a força que derrubará a Monarquia pelas armas em Lisboa e nos seus arredores das margens norte e sul do Tejo.

Nessa época, a sociedade portuguesa, isto é, o Portugal urbano onde nasce e se caldeia esse republicanismo popular e radical e uma nova geração de dirigentes do Partido Republicano Português (PRP), já não seria, seguramente, o mundo sonolento, decadente e apático, embalado pelo tédio do «nada acontecer» que Eça de Queirós magistralmente imortalizou em *Os Maias*. Mas, também, dificilmente corresponderia à caricatura de sinal contrário reeditada por alguma historiografia neoconservadora recente: a de um país ridente de cosmopolitismo, progresso material e democracia, dotado de um sistema político equilibrado e funcional tutelado por um rei prudente e sábio, onde o florescimento da alternativa republicanista era pouco mais do que uma aberração, sem outro suporte real que não fosse a utopia inconsequente de grupos de velhos lunáticos ou, mais recentemente, a fobia conspiratória e subversiva de jovens intelectuais aventureiros, doentamente ambiciosos e demagogos, que só a generosa liberalidade do tempo deixava pulular impunemente.

Na realidade, na transição do século XIX para o século XX, um pouco por todo o ocidente europeu, e em Portugal ao ritmo e com a extensão condicionados pelas especificidades socioeconómicas, políticas e culturais do meio, os sistemas liberais oligárquicos começavam a ser minados nos seus fundamentos pelas dinâmicas de mudança de um capitalismo em profunda transformação económica e tecnológica. O capitalismo concorrencial dava lugar ao capital financeiro, à segunda revolução industrial e à época do imperialismo, isto é, das guerras mundiais de redivisão do mundo e de

uma nova vaga de revoluções sociais. Estava a despontar o «curto século xx».

A crise dos sistemas liberais surgia potenciada, basicamente, por uma inédita irrupção das massas na política, ou seja, pela emergência de novas classes e grupos sociais e de novos partidos políticos, nascidos no último quartel do século XIX da vaga de industrialização, do crescimento das cidades e da explosão de um moderno sector terciário. Essas camadas eram portadoras de reivindicações sociais e políticas, de pretensões e expectativas que chocavam com a velha ordem social, com a natureza oligárquica, elitista e restritiva dos sistemas liberais instalados e que, por isso, os punham crescentemente em causa, à luz de diferentes projectos programáticos.

A esta pressão «de baixo», do mundo do trabalho industrial e proto-industrial, das pequenas burguesias urbanas e das suas elites intelectuais e das profissões liberais, somava-se a pressão «de cima». A crescente inquietação dos sectores tradicionais da oligarquia, e de outros mais modernizantes, sobretudo nos países periféricos e de economias mais débeis, com a ameaça de subversão do seu velho mundo ou com o seu posicionamento no novo que aí vinha. Tudo agudizado pelas crises internacionais que o imperialismo emergente e a redivisão do mundo implicavam, fossem elas o cerco ou o aniquilamento dos velhos impérios coloniais, como em Portugal e Espanha, ou os efeitos da hecatombe e da humilhação da derrota na guerra total, de que são casos típicos a Rússia, a Alemanha e, de certa forma, a Itália. A crítica à incapacidade dos sistemas liberais para reporem a ordem e os valores «de sempre», a redescoberta do nacionalismo passadista e das utopias regressistas, a crítica ao racionalismo, a busca de soluções autoritárias e corporativistas, a reivindicação do Estado forte, intervencionista e proteccionista na economia, na política e na questão social, a condenação da herança democrático-parlamentar da Revolução Francesa e do socialismo (as duas faces da mesma moeda) eram os sinais de que, «em cima», também se começava a teorizar já não a reforma, mas a superação autoritária da velha ordem liberal, considerada como estruturalmente incapaz de garantir a segurança e a acumulação de importantes sectores da oligarquia, ou seja, como essencialmente contrária aos «interesses da Nação».

A contestação a partir «de baixo»

TAMBÉM EM PORTUGAL o lento mas seguro processo de industrialização do último quartel do século XIX concentra, sobretudo em Lisboa e nos seus arredores a sul do Tejo, um proletariado industrial moderno, fabril, que acorre dos campos à cidade e às fábricas instaladas junto ao porto de Lisboa, por onde sai quase tudo o que o país produz para exportar e entra quase tudo o que importa para consumir ou reexportar. E que se fixa nas zonas ribeirinhas da Margem Sul ou junto aos caminhos-de-ferro inaugurados no Barreiro. O operariado fabril é minoritário. Convive com uma multidão de operários officinais, trabalhadores indiferenciados, artesãos proto-industriais, estivadores, todos — homens, mulheres e crianças — vivendo geralmente em condições habitacionais muito degradadas, sujeitos a longuíssimas jornadas de trabalho e sem segurança no emprego, com salários abaixo do nível da subsistência e sem qualquer esquema de protecção assistencial que não fosse o resultante da sua própria iniciativa associativa. Maciçamente analfabetos, os operários estão, por isso, privados do direito de voto desde a lei eleitoral franquista de 1895 e totalmente excluídos do sistema e da vida política do país — aliás, encarada nos sectores mais «avançados» do mundo do trabalho como a expressão institucional da exploração capitalista em si mesma. Desde 1875, com a formação do Partido Socialista, o operariado encontra o caminho da organização política, da luta reivindicativa e do associativismo sindical, mutualista, cultural e dos lazeres. No início do século XX, o operariado organizado (socialistas e sindicalistas revolucionários) constituíra-se já numa força com peso para decidir dos destinos da Monarquia Constitucional em Lisboa, onde afinal tudo se decidia. Conquistado pela Carbonária para a causa da revolução republicana, ele integrará, com papel decisivo, a infantaria popular que fará a vitória do 5 de Outubro de 1910.

Mas se a industrialização fazia crescer as cidades, sobretudo as de Lisboa e Porto, a expansão das cidades e o novo urbanismo geravam as modernas indústrias de ponta: a construção civil, os transportes urbanos (a Carris de Lisboa e Porto), os telefones, o telégrafo, a iluminação pública, o gás de cidade, etc. E tudo isto, industrialização e urbanização, arrastavam um novo e diversificado sector de serviços complementares (bancos, seguradoras, empresas de *import-export*, casas de comércio, escolas, alargamento e complexificação da

burocracia estatal...) e outra relevância e mercado quer para as profissões liberais tradicionais (advogados, médicos), quer para as novas profissões emergentes (engenheiros, arquitectos, «comercialistas»). Este processo de alargamento e recomposição da pequena burguesia urbana definia uma realidade social diferenciada e segmentada. Na base, o vasto mundo popular dos caixeiros, marçanos, moços de recados, pequenos funcionários e modestos empregados, vendedores ambulantes, sargentos e cabos das Forças Armadas... pouco se distinguia — do ponto de vista da sua situação económica e social, das zonas de habitação e convívio e até das suas ambições — do mundo operário. Essa imensa amálgama de pobreza proletária, assalariada, artesã, popular, constituía a plebe urbana lisboeta, a base de recrutamento da Carbonária e a espinha dorsal do revolucionarismo republicano em 1910.

Sobre ela, e tendendo a hegemonizar o seu descontentamento e a sua esperança numa vida diferente, tutelava a elite da pequena burguesia urbana, a elite das profissões liberais, dos pequenos e médios comerciantes e proprietários, dos intelectuais de onde surgiria o núcleo dirigente do republicanismo e da futura governação da República. Esta nata política das camadas intermédias, que naturalmente encontra no Partido Republicano Português¹ a sua voz, é gente com rendimentos e habilitações culturais que lhe permitem votar e até intervir politicamente. Mas estão obviamente marginalizados, pela oligarquia rotativa, da área do poder e do acesso aos grandes empreendimentos (e rendimentos) económicos e financeiros ou à «alta política». Suportado pelo campo social e político que lidera (sobretudo no mundo urbano, mas não só), o PRP não quer pôr em causa o sistema liberal em si mesmo, mas pretende regenerá-lo, abrindo com isso espaço à sua ascensão e afirmação hegemónica. Era, nas suas intenções programáticas, um regeneradorismo democratizante, empurrado para a via revolucionária do acesso ao poder, sobretudo pela incapacidade de as elites do constitucionalismo monárquico admitirem um processo endógeno de reformismo democrático do sistema vigente.

Desta aliança do activismo da plebe republicana de Lisboa e dos meios urbanos com a elite do PRP se forjou o «bloco do 5 de Outubro», o bloco social e político viabilizador da revolução e do poder republicano. É preciso compreender que se tratava de um campo que em muito transcendia o PRP. Nas vésperas da revolução, contava com a decisiva rede de dezenas de milhares de «bons primos» da Carboná-

ria, com as aguerridas delegações da Associação do Registo Civil, com os centros republicanos ou as escolas-oficinas e, mais ou menos explicitamente, com o apoio de muitas associações de classe e sociedades operárias mobilizadas pela ideia revolucionária. Contava, acima de tudo, com a participação multiforme e entusiástica do activismo da plebe urbana de Lisboa e dos centros urbanos.

O bloco social e político do 5 de Outubro seria o esteio da Primeira República. Sempre que pelos safanões das conjunturas históricas se rompeu, a República baqueou ou caiu. Mas foi ele que a defendeu ou a reinstalou nos momentos críticos de Maio de 1915, contra a «ditadura» de Pimenta de Castro; no assalto a Monsanto, em 1919, contra o restauracionismo monárquico; ou até a 18 de Abril de 1925, contra o ensaio geral provisoriamente frustrado do «28 de Maio» do ano seguinte. E seria a sua acidentada reconstituição a impulsionar as curtas experiências radicais de 1923/25 e até, já tardiamente, as batalhas derradeiras do «reviralhismo» contra a Ditadura Militar entre 1926 e 1931.

Quer isto dizer que o republicanismo não é uma retórica doutrinária abstracta, mais ou menos demagógica, desprovida de uma base social de apoio preferencial; não é o fruto das elucubrações de grupos de conspiradores mais ou menos lunáticos e doentios, mais ou menos apostados em semear a desordem, sem um propósito suportado por uma base social e política bem definida. Isto é, sem uma natureza social bem vincada, ainda que diferenciada.

O republicanismo, nos finais da primeira década do século xx, é o discurso político e ideológico hegemónico nas camadas sociais urbanas excluídas ou marginalizadas do sistema, incluindo a maioria do activismo operário socialista ou mesmo libertário que por ele se deixa conquistar. É uma consciência que, mais ou menos profundamente, desperta a acção de milhares de activistas carbonários. É nesse sentido que esse mundo de artesãos, pequenos comerciantes, caixeiros, pequenos empregados de escritório, modestos funcionários públicos, operários oficinais e fabris, estudantes, marinheiros, cabos e sargentos, pequenos proprietários, trabalhadores indiferenciados, essa plebe urbana lisboeta, escuta sedenta a palavra dos líderes republicanos das classes médias e das profissões liberais e se organiza pela mão da Carbonária para a fazer cumprir. É nesse sentido que esta base popular, pequeno-burguesa, operária, é a base social do PRP e do republicanismo, os quais — mal ou bem, para o caso não é relevante —

encara como solução redentora para a exclusão, a humilhação, a exploração que vive no seu quotidiano. Esse será o «bloco do 5 de Outubro», suporte viabilizador da República urbana. Não entender a natureza social e política essencial do republicanismo de 1910 e o bloco social e político em que este assenta, reduzi-lo, curiosamente ao jeito da pior propaganda monárquica da altura, a um fenómeno conspiratório e subversivo mais ou menos sinistro e destituído de nexos, além de um exercício ideológico fora de tempo, é desconhecer o essencial do republicanismo enquanto movimento político na sua fase de conquista do poder.

As pressões vindas «de cima»

MAS CONVÉM SALIENTAR que a instabilidade e a inoperância governativa, o «caos parlamentar», o clientelismo e a corrupção — vícios inelutáveis de um sistema institucional privado de legitimidade representativa e, conseqüentemente, da autoridade e da capacidade de se exercer estavelmente — tais vícios criavam crescente inquietação e descontentamento também nas elites políticas e doutrinárias ligadas aos meios conservadores e aos grupos possidentes. A braços com uma crise económica e financeira grave, como veremos, e ainda que com estratégias muito distintas para a sua resolução, os seus ideólogos vão despertando para a ideia geral da «ordem» — melhor dizendo, da necessidade de um Estado dotado de estabilidade, autoridade e capacidade para a impor nas ruas, na vida económica, nas finanças e na administração. Um Estado que, mais ou menos elaboradamente, se começa a redefinir no quadro de sistemas de valores alternativos e fortemente críticos dos fundamentos do poder político liberal.

Na realidade, a crise económica e financeira internacional de 1890/1891 vai atingir mortalmente os fundamentos do «modelo» económico liberal da Regeneração: a perda de mercados agrícolas de exportação, o bloqueio do financiamento externo, a fuga de capitais, a suspensão do envio das remessas dos emigrantes no Brasil, o agravamento do défice comercial e da dívida externa e, sobretudo, a inexistência de divisas para os solver — a bancarrota do Estado — empurram as elites representativas dos diversos sectores dos grupos sociais dominantes para a imprescindibilidade de revisões mais ou menos profundas das suas estratégias económicas e políticas.

Para a débil burguesia industrial abre-se a oportunidade histórica de, face ao abrandamento da concorrência dos capitais e das mercadorias britânicas, face à debilitação do lóbi do *import/export*, partir à conquista do mercado interno: substituindo importações, criando novas indústrias, transformando em seu proveito as matérias-primas nacionais, etc. Para tal, ela pede ao Estado uma nova atitude de intervenção política e económica: que contenha as reivindicações operárias desencadeadas com a industrialização desde o último quartel do século XIX; que proteja os mercados nacional e colonial da concorrência externa; que fomente a conquista de mercados externos; que compense com os seus financiamentos as carências de capital para o investimento industrial; que condicione a concorrência e componha os dissídios de interesses com os outros sectores. Esta é a fase de um limitado mas real «surto industrial», do surgimento dos primeiros rudimentos de indústrias básicas (cimentos, adubos fosfatados), da conquista da pauta proteccionista de 1892, da reserva do mercado colonial para a têxtil algodoeira. A burguesia industrial portuguesa sobe por essa via ao palco da cena económica e política, ainda que nele ocupe, por enquanto, um lugar modesto.

É curioso verificar que a crise leva as facções da oligarquia hostis à estratégia da industrialização a reivindicações formalmente idênticas quanto ao papel do Estado: os agrários do sul pedem — e obtêm (leis de 1889 e 1898) — a reserva do mercado interno para o trigo nacional; os grandes vinhateiros reclamam o exclusivo do mercado colonial, e ambos, «senhores do pão e do vinho», exigem medidas várias de proteccionismo e de intervenção estatal visando a contenção salarial e o fomento da produção e do lucro agrícola sem alteração — e possibilitando a conservação — das estruturas fundiárias tradicionais ameaçadas pelo fomento industrial, pela crise dos mercados e pelas importações.

De uma forma geral, a crise de 1890/1891, gerando uma nova e desigual dinâmica de desenvolvimento e de equilíbrio relativo entre os vários sectores de uma classe dominante globalmente débil, dependente, dividida quanto às suas políticas de resposta à crise, implicará para o conjunto deles a reformulação, inicialmente vaga e de conteúdos concretos variáveis, da concepção sobre o papel e a natureza do Estado. O Estado que intervém economicamente, que acode aos sectores em crise, que protege, que financia, que constrói infra-estruturas; o Estado dotado da capacidade financeira, da autoridade política e do prestígio indispensáveis para tal; um outro tipo de Estado que as

NOTAS BIOGRÁFICAS

ANICETO AFONSO é mestre em História Contemporânea de Portugal e investigador do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).

Foi director do Arquivo Histórico Militar (Lisboa) e professor de História na Academia Militar. É membro da Comissão Portuguesa de História Militar.

Escreveu, entre diversos outros títulos, *Anos da Guerra Colonial* (2009), *Portugal e a Grande Guerra* (2003) — ambos em co-autoria com Carlos de Matos Gomes —, *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918* (2006); *História de Uma Conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio* (2001).

SÍLVIA ADRIANA BARBOSA CORREIA é doutoranda na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa), dedicando-se ao tema *Memória da Primeira Guerra Mundial*, e é investigadora do Instituto de História Contemporânea da mesma instituição.

Tem participado — com múltiplas comunicações sobre identidade, memória e cultura de guerra no contexto da Primeira Guerra Mundial em Portugal — em encontros de âmbito nacional e internacional, nomeadamente nas Universidades de Glasgow, Manchester e Santiago de Compostela e Rio Grande do Norte.

LUÍS FARINHA é doutor em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa). Actualmente, é investigador integrado do Instituto de História Contemporânea da mesma universidade. Foi director-adjunto da revista *História*. Entre as suas obras publicadas, destacam-se *O Revivalho — Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940* (1998) e *Cunha Leal, Deputado e Ministro da República. Um Notável Rebelde* (2009).

ERNESTO CASTRO LEAL é doutor em História Contemporânea, professor associado com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa. Publicou, entre outros estudos, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social, 1918-1932* (1994), *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo, 1918-1938* (1999), *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português, 1910-1926* (2008).

ISABEL PESTANA MARQUES é mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa), membro do Instituto de História Contemporânea da mesma instituição e do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar. Especialista em história do século xx, é autora de *Memórias do General. «Os Meus Três Comandos» de Fernando Tamag- nini* (2004), *Das Trincheiras com Saudade. A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses durante a Primeira Guerra Mundial* (2008), bem como de outras obras de autoria colectiva, nomeadamente a *Nova História Militar de Portugal*, dirigida por M. Themudo Barata e Nuno Severia- no Teixeira (2004). Foi galardoada com o *Prémio Defesa Nacional 1995*, pela tese de mestrado *Os Portugueses nas Trincheiras – Um Quotidiano de Guerra*, publicada em 2002.

MARIA EUGÉNIA MATA é professora associada da Faculdade de Eco- nomia da Universidade Nova de Lisboa e autora de vários livros e arti- gos de história económica e de história do pensamento económico, publicados em Portugal e no estrangeiro. Escreveu *Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa 1891-1931* (1987), *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial* (1993), *História Económica de Portugal* (1994, 2002) e *História Económica e História do Pensamento Económico* (1996) (os dois últimos em co-autoria).

FILIPE RIBEIRO DE MENESES formou-se e doutorou-se pelo Trini- ty College Dublin. É autor de vários livros, incluindo *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em Guerra, 1916-1918* (2000) e *Correspondência Diplomática Irlandesa sobre Portugal, o Estado Novo e Salazar* (2005). Lecciona no Departamento de História da National University of Ireland, Maynooth.

VÍTOR NETO doutorou-se em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de Coimbra. É professor do Instituto de Histó- ria e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras desta Universidade e investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx (CEIS20). Tem-se dedicado ao estudo e à investigação de temas de história político-eclesiástica, de história política e de história da cultura dos séculos XIX e XX, participando em colóquios nacionais e internacionais e publicando artigos em revistas da especialidade. De entre as suas publicações, destaque-se a dissertação de doutora- mento, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lecciona cadeiras e seminários de História Contemporânea.

DAVID OLIVEIRA RICARDO PEREIRA é mestre em História Contem- porânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa). O seu trabalho de projecto intitula-se *As Políticas Sociais em Portugal (1910-1926)*, área em que prepara actualmente a tese de doutoramento em História Económica e Social Contemporânea, também na FCSH/UNL. É investigador do Instituto de História Contemporânea da mesma universidade. O seu trabalho tem inci- dido nas questões em torno das políticas públicas de âmbito social, privilegiando sobretudo a conjuntura do primeiro terço do século xx.

JOANA DIAS PEREIRA é investigadora do Instituto de História Con- temporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universida- de Nova de Lisboa) e bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnolo- gia no âmbito da comemoração oficial do Centenário da República. Efectuou o mestrado em História do Século XX, dedicando a sua tese ao movimento operário durante a Primeira República Portuguesa. A sua tese de doutoramento incidirá nas repercussões sociais e culturais da industrialização no distrito de Setúbal.

ANA CATARINA PINTO é formada em História pela Faculdade de Ciên- cias Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa). Actualmente desenvolve o seu projecto de tese de doutoramento na área de estudos da Primeira República no pós-guerra (1919-1926).

ANA PAULA PIRES é mestre em História dos Séculos XIX e XX pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lis- boa). Tem como principais áreas de investigação a história de Portu-

gal no século xx, a história económica portuguesa contemporânea e a história da Primeira República. Integra a equipa de investigação do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa), encontrando-se actualmente a concluir uma tese de doutoramento sobre o impacto económico e social da Grande Guerra em Portugal.

MARIA CÂNDIDA PROENÇA é investigadora do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa). Possui o doutoramento em História Cultural e das Mentalidades dos Séculos XIX e XX, e agregação em Ciências da Educação, especialidade de Didáctica da História. Dedicar-se ao estudo e à investigação de temas relacionados com história política e da cultura e das mentalidades dos séculos XIX e XX, com a história da educação na época contemporânea e com o ensino da história nas suas perspectivas histórica e didáctica. As suas obras mais recentemente publicadas são *D. Manuel II* (2008) e *A Questão Colonial no Parlamento – 1910-1926* (2008).

ANTÓNIO REIS é vice-presidente do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa). De entre os vários títulos de sua autoria, destacam-se *Portugal Contemporâneo, 1820-1990* (1990-1993) e *Raul Proença, Biografia de um Intelectual Político Republicano* (2003).

MARIA FERNANDA ROLLO é doutorada em História Económica e Social Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa), onde é professora no Departamento de História. É investigadora e vice-presidente do Instituto de História Contemporânea da mesma faculdade.

Tem como principais áreas de investigação a história económica portuguesa contemporânea, a história da ciência, da tecnologia e da inovação em Portugal, a participação de Portugal nos movimentos de cooperação económica europeia e a história empresarial — domínios em que tem desenvolvido e coordenado projectos de investigação vários.

Alguns dos principais textos publicados: diversos artigos de *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI (coord. A.H. de Oliveira Marques), «Nova História de Portugal» (dir. Joel Serrão e A.H.

de Oliveira Marques) (1991); *Portugal e o Plano Marshall. Da Rejeição à Solicitação da Ajuda Financeira Norte-americana, 1947-1951* (1994); *Um Metro e Uma Cidade. História do Metropolitano de Lisboa* (1999); *Engenho e Obra. Uma abordagem à História da Engenharia em Portugal no Século XX* (co-coord., 2002); *Momentos da Inovação e engenharia em Portugal no Século XX* (co-coord., 2004); *Memórias da Siderurgia. Contribuições para História da Indústria Siderúrgica em Portugal* (coord., 2005); *Marconi em Lisboa. Portugal na Rede Mundial de TSF* (co-autoria, 2007); *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra* (2007).

FERNANDO ROSAS é professor catedrático no Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa) e director do Instituto de História Contemporânea da mesma faculdade. Desenvolveu o seu percurso académico sobretudo em torno da história contemporânea e da história de Portugal no século xx.

Foi membro do conselho de redacção da revista *Penélope* e director da revista *História*.

Em 2006 foi condecorado pelo presidente da República com a Ordem da Liberdade.

Entre as obras que publicou, encontram-se: *Estado Novo nos Anos Trinta* (1986); *Portugal e o Estado Novo, 1930-1960* (coord.), vol. XII, «Nova História de Portugal» (dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques) (1993); *O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII, «História de Portugal» (dir. José Mattoso) (1994); *Portugal Século XX, 1890-1976: Pensamento e Acção Política* (2004); *A Transição Falhada: o Marcelismo e o Fim do Estado Novo, 1968-1974* (co-coord., 2004). Com a tinta-da-china, publicou *Lisboa Revolucionária. Roteiro dos Confrontos Armados no Século XX* (2007).

MARIA ALICE SAMARA é doutoranda e investigadora do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa). O seu trabalho tem-se focado sobre diversos temas relacionados com a Primeira República, destacando-se as seguintes obras publicadas: *Sidónio Pais*, «Fotobiografias do Século XX» (2002), *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais* (2003, Prémio Fundação Mário Soares); *Operárias e Burguesas. As Mulheres no Tempo da República* (2007). Com a tinta-da-china, publicou *O Regicídio* (2008).

JOÃO B. SERRA é professor coordenador do Instituto Politécnico de Leiria e membro do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).

É autor de diversos estudos sobre história política contemporânea, versando, entre outros, os seguintes temas: Raul Proença e a Seara Nova, Bordalo Pinheiro e o imaginário nacional, o sistema político da Primeira República, os impasses do parlamentarismo, a codificação administrativa e o municipalismo da segunda metade do século xx e primeiras décadas do século xx, memória e história da Primeira República, historiografia do século xx. Foi comissário das exposições «Grandela, Grande Homem» e «José Relvas, Um Conspirador Contemplativo». É membro da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República.

HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA

*este livro foi composto em caracteres
Hoefler Text e impresso na Guide,
Artes Gráficas, em papel
CoralBook de 70 grs,
no mês de Outubro
de 2021.*

